

Colégio
0000Sala
0000Ordem
0000

Agosto/2017



TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Concurso Público para provimento de cargos Analista Judiciário

Nome do Candidato	Nº de Inscrição 00000000	Nº do Caderno 00000000
Número do Documento	Assinatura do Candidato	

PROVA

Língua Portuguesa
Regimento Interno do TST
Direito Constitucional
Direito Administrativo
Direito Civil
Direito Processual Civil
Direito do Trabalho
Direito Processual do Trabalho
Direito Previdenciário

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

"É o seu esforço contínuo e determinado que quebra a resistência e vence os obstáculos." (Gabriel Granjeiro)

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar, no caderno de prova, qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (B) ○ (C) ○ (D) ○

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração de prova é de 3 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos reservados.



LÍNGUA PORTUGUESA

Instrução: Para responder às questões de números 1 a 8, considere o texto a seguir.

- 1 *Suponho, finalmente, que os ladrões de que falo não são aqueles miseráveis, a quem a pobreza e vileza de sua fortuna condenou a este gênero de vida, porque a mesma, sua miséria ou escusa, ou alivia o seu pecado, como diz Salomão: o ladrão que furta para comer, não vai nem leva ao inferno: os que não só vão, mas levam, de que eu trato, são os ladrões de maior calibre e de mais alta esfera, os quais debaixo do mesmo nome e do mesmo predicamento distingue muito bem S. Basílio Magno: não são só ladrões, diz o Santo, os que cortam bolsas, ou espreitam os que se vão banhar, para lhes colher a roupa; os ladrões que mais própria e dignamente merecem este título, são aqueles a quem os reis encomendam os exércitos e legiões, ou o governo das províncias, ou a administração das cidades, os quais já com*
- 5 *manha, já com força, roubam e despojam os povos. Os outros ladrões roubam um homem, estes roubam cidades e reinos; os outros furtam debaixo do seu risco, estes sem temor, nem perigo; os outros, se furtam, são enforcados, estes furtam e enforcam. Diógenes, que tudo via com mais aguda vista que os outros homens, viu que uma grande tropa de varas e ministros de justiça levava a enforcar uns ladrões, e começou a bradar: "Lá vão os ladrões grandes*
- 10 *enforcar os pequenos". Ditosa Grécia, que tinha tal pregador! E mais ditosas as outras nações, se nelas não padecera a justiça as mesmas afrontas. Quantas vezes se viu em Roma ir a enforcar um ladrão por ter furtado um carneiro, e no mesmo dia ser levado em triunfo um cônsul, ou ditador por ter roubado uma província! E quantos ladrões teriam enforcado estes mesmos ladrões triunfantes? De um chamado Seronato disse com discreta contraposição Sidônio*
- 15 *Appolinar: Seronato está sempre ocupado em duas coisas: em castigar furtos, e em os fazer. Isto não era zelo de justiça, senão inveja. Queria tirar os ladrões do mundo, para roubar ele só.*
- 20 *Declarado assim por palavras não minhas, senão de muito bons autores, quão honrados e autorizados sejam os ladrões de que falo, estes são os que disse e digo que levam consigo os reis ao inferno. Que eles fossem lá sós, e o diabo os levasse a eles, seja muito na má hora, pois assim o querem; mas que hajam de levar consigo os reis é uma dor que se não pode sofrer, e por isso nem calar. Mas se os reis tão fora estão de tomar o alheio, que antes eles são os roubados, e os mais roubados de todos, como levam ao inferno consigo estes maus ladrões a estes bons reis? Não por um só, senão por muitos modos, os quais parecem insensíveis e ocultos, e são muito claros e manifestos. O primeiro, porque os reis lhes dão os ofícios*
- 25 *e poderes com que roubam; o segundo, porque os reis os conservam neles; o terceiro, porque os reis os adiantam e promovem a outros maiores; e, finalmente, porque, sendo os reis obri-*
- 30



gados, sob pena de salvação, a restituir todos estes danos, nem na vida, nem na morte os restituem. E quem diz isto já se sabe que há de ser Santo Tomás. Faz questão Santo Tomás, se a pessoa que não furtou, nem recebeu ou possui coisa alguma do furto, pode ter obrigação
³⁵*de o restituir. E não só resolve que sim, mas, para maior expressão do que vou dizendo, põe o exemplo nos reis. Vai o texto: Aquele que tem obrigação de impedir que se não furte, se o não impediu, fica obrigado a restituir o que se furtou. E até os príncipes, que por sua culpa deixarem crescer os ladrões, são obrigados à restituição, porquanto as rendas, com que os povos os servem e assistem, são como estipêndios instituídos e consignados por eles, para que os*
⁴⁰*príncipes os guardem e mantenham em justiça. — É tão natural e tão clara esta teologia, que até Agamenão, rei gentio, a conheceu, quando disse: Qui non vetat peccare, cum possit, jubet.*

Trecho: Padre Antônio Vieira, Sermão do Bom Ladrão/1655

1. Assinale a alternativa cuja afirmação não encontra respaldo no texto.

- (A) O texto trata da corrupção dos que se encontram no poder, tanto a remissiva quanto a omissiva.
- (B) Apoiado no pensamento filosófico de Santo Tomás de Aquino, Vieira defende que os governantes são obrigados a devolver o que dos governados é vilipendiado.
- (C) A prática da apropriação do alheio é pelo autor condenada, independentemente das causas que lhe são atribuídas, com especial recriminação aos que se valem da máquina pública para enriquecer.
- (D) O texto apresenta uma crítica à desigualdade com a qual a justiça trata os ricos e os pobres.
- (E) Muitas vezes, os que furtam o Erário são destemidos porque estão certos da impunidade.

2. No texto, Pe. Antonio Vieira recorre a diversas referências, tornando polifônico o discurso por ele criado. Há ideias atribuídas aos pensadores a seguir apresentados, exceto:

- (A) Sidônio.
- (B) Seronato.
- (C) S. Tomás.
- (D) Salomão.
- (E) Diógenes.



3. Está claro, conciso e correto o seguinte comentário:

(A) O Padre Vieira, por cuja oratória muitos leitores, até hoje, são apaixonados, afirmava que não sabia por que não se condenava, com rigor e exemplaridade, o furto e a maledicência.

(B) Conquanto, ao longo do tempo, se observa bastante avanços na eficiência da justiça, não existem ainda atendimento a todas as reivindicações morais acerca do assunto.

(C) À angústia de roubar preferem muitos à solidez da retidão moral e da obediência às leis, ainda que marcada pela falibilidade humana.

(D) Parece faltar aos detentores do poder de julgar, desde o início do conceito de pactos social, discernimentos críticos capazes de transcender a mera letra da lei.

(E) A prática de pequenos furtos costuma muitas vezes ser melhor aceita pela sociedade, ao invés de se estabelecer limites morais à condutas ilícitas.

4. No trecho "Suponho, finalmente, que os ladrões de **que** falo não são aqueles miseráveis", o "que" em destaque exerce função pronominal. Outro trecho do texto em que essa palavra não exerce a mesma função é:

(A) "o ladrão que furta para comer, não vai nem leva ao inferno: os **que** não só vão, mas levam, de que eu trato".

(B) "o ladrão que furta para comer, não vai nem leva ao inferno: os que não só vão, mas levam, de **que** eu trato".

(C) "Diógenes, que tudo via com mais aguda vista **que** os outros homens".

(D) "Ditosa Grécia, **que** tinha tal pregador!".

(E) "as rendas, com **que** os povos os servem e assistem, são como estipêndios instituídos".

5. Considerada a norma-padrão da língua, é adequado o que se afirma em:

(A) Em relação ao advérbio 'própria', no trecho "os ladrões que mais **própria** e dignamente merecem este título" (linhas 7 e 8), é correto afirmar: quando, em uma frase, dois ou mais advérbios terminados em -mente modificam a mesma palavra, deve-se juntar o sufixo -mente somente ao último deles. O uso repetitivo do sufixo não deve ser utilizado em hipótese alguma.



(B) Ao se reescrever o trecho “ou espreitam os que se vão banhar” (linha 7) da seguinte forma: **ou espreitam os que vão banhar-se**, a correção gramatical será prejudicada.

(C) Em “espreitam os que se vão banhar, para **lhes** colher a roupa” (linha 7), o pronome destacado tem sentido possessivo, como em “Colocou-lhe no dedo a aliança prometida”.

(D) No trecho “Isto não era zelo de justiça, **senão** inveja” (linha 21), a substituição de ‘senão’ por **mas sim** provocará mudança de sentido.

(E) No contexto em que está a construção “Querida tirar os ladrões do mundo, para roubar ele só” (linha 21), o emprego do pronome pessoal do caso reto “ele” não atende às prescrições da norma culta da língua portuguesa, visto que este só pode exercer a função sintática de sujeito.

6. Transpondo-se para a voz ativa a construção “fica obrigado a restituir o que **se furtou**” (linha 37), tem-se:

(A) foi furtado.

(B) foram furtados.

(C) tem furtado.

(D) será furtado.

(E) furtaram.

7. O verbo em destaque pode também ser flexionado no plural:

(A) E até os príncipes, que por sua culpa deixarem **crescer** os ladrões, são obrigados à restituição.

(B) Que eles fossem lá sós, e o diabo os **levasse** a eles, seja muito na má hora, pois assim o querem.

(C) Seronato está sempre ocupado em duas coisas: em castigar furtos, e em os **fazer**.

(D) Diógenes, que tudo via com mais aguda vista que os outros homens, viu que uma grande tropa de varas e ministros de justiça levava a enforcar uns ladrões, e começou a bradar: “Lá vão os ladrões grandes **enforcar** os pequenos”.

(E) os que não só vão, mas levam, de que eu trato, são os ladrões de maior calibre e de mais alta esfera, os quais debaixo do mesmo nome e do mesmo predicamento **distingue** muito bem S. Basílio Magno.



8. Diógenes, que tudo **via** com mais aguda vista que os outros homens, **viu** que uma grande tropa de varas e ministros de justiça **levava** a enforcar uns ladrões, e **começou a bradar**: "Lá vão os ladrões grandes enforcar os pequenos".

Considerando o contexto, a substituição das formas verbais destacadas pelo presente do indicativo no período acima exemplifica o emprego deste tempo e modo verbais para

- (A) marcar um fato futuro, mas próximo, como em "Amanhã mesmo trago de volta seu livro".
- (B) enunciar um fato atual, isto é, que ocorre no momento em que se fala, como em "Agora o piso está limpo".
- (C) indicar ação considerada duradoura, convicção obtida pela observação da realidade, como "A Terra gira em torno do próprio eixo".
- (D) expressar uma ação habitual ou uma faculdade do sujeito, ainda que não estejam sendo exercidas no momento em que se fala, como em "Tomo pouco café".
- (E) Dar vivacidade a fatos ocorridos no passado, como em "É em 1856 que Machado de Assis entra para a Imprensa Nacional, como aprendiz de tipógrafo".

Instrução: Para responder às questões de números 9 a 15, considere o texto a seguir.

¹ A escravidão produziu aqui males especiais. Não tendo outro intuito que o lucro imediato, o colono encontrou na escravidão o processo sonhado: algumas centenas de escravos e um chicote para cada turma – eis tudo que lhe era preciso. Ele não tinha que apurar a inteligência, nem desenvolver atividade. Se os lucros não lhe pareciam bastantes, era só argumentar o número de

⁵ escravos. Só o escravo trabalhava, só ele era produtivo. E com isto resultou que o trabalho foi considerado, cada vez mais, como coisa infamante. O ideal para todos era viver sem nada fazer – ter escravos e à custa deles passar a vida e enriquecer. Este ideal aí persiste como tradição.

Com um tal sistema de produção, e com os espíritos assim envilecidos pela ambição de riquezas, era natural que o escravo fosse considerado como uma máquina, apenas. Os senhores

¹⁰ não pensavam senão em tirar deles o máximo de trabalho – a tarefa medida a varas, o chicote na ponta do eito para cortar o imprudente que levantasse a cabeça da enxada. Comprado ou vendido, o negro ou o índio era um capital: o chicote, o meio de crescer-lhe o juro. Fazia-se ao negro o que não é lícito fazer a nenhuma espécie de gado.



A escravidão na América do Sul foi a objeção moral, a degradação do trabalho, o embrutecimento e
15 o aniquilamento do trabalhador; e foi também a viciação da produção, gerando males de efeitos
extensíssimos, que teriam, todavia, desaparecido com o progredir normal das nacionalidades
nascentes. As sociedades humanas têm energias regeneradoras de que mal desconfiamos. Na
América do Norte, os estados do Sul estão, hoje, em situação bem próspera, apesar da escla-
vidão. É que as colônias inglesas puderam organizar-se desde logo segundo convinha aos seus
20 próprios interesses, e não foram vítimas de um parasitismo integral, como esse que as
metrópoles ibéricas estabeleceram para as suas colônias. Aqui, os maus efeitos da escla-
vidão se complicaram e se agravaram com as desastrosas consequências dos monopó-
lios e privilégios – os exclusivos mercantis, instituídos sobre o comércio colonial, as res-
trições fiscais, o sistema bárbaro de tributos, o embaraço, a proibição formal às indústrias
25 manufatureiras, tornando-se impossível qualquer esforço de iniciativa particular, pela interdição
de toda inovação progressista. E foi de modo que no fim de três séculos de exploração aturada,
de produção intensiva e trabalho de escravo, tocado a relho, a América Latina se achou tão
pobre como no dia em que os aventureiros luso-espanhóis pisaram aqui, ou mais pobre ainda.

Marcelo Bonfim, *América Latina: males de origem*.

9. Assinale a alternativa que traduz sem significativos prejuízos semânticos o fragmento do texto.
- (A) “E com isto resultou que o trabalho foi considerado, cada vez mais, como coisa infamante” (1º parágrafo) – e nisso resultou a consideração do trabalho como uma atividade humilhantes.
 - (B) “era natural que o escravo fosse considerado como uma máquina, apenas” (2º parágrafo) – era normal julgar apenas o escravo como uma máquina.
 - (C) “e foi também a viciação da produção, gerando males de efeitos extensíssimos” (3º parágrafo) – Além disso teve a produção viciosa, decorrente de terríveis causas.
 - (D) “como esse que as metrópoles ibéricas estabeleceram para as suas colônias” (3º parágrafo) – como o que as colônias sofreram em relação às metrópoles.
 - (E) “os estados do Sul estão, hoje, em situação bem próspera, apesar da escravidão” (3º parágrafo) – não obstante o regime escravocrata, os estados sulistas, hoje, encontram-se em situação muito próspera.

10. A partir da leitura do texto, assinale a afirmação correta.

- (A) Depreende-se do texto que, entre os males que a escravidão produziu na América Latina, está a visão negativa atribuída ao trabalho.



- (B) No trecho “era natural que o escravo fosse considerado como uma máquina” (l. 9), o autor manifesta sua anuência com a automatização do trabalho escravo.
- (C) No trecho “Com um tal sistema de produção, e com **os espíritos assim envilecidos** pela ambição de riquezas” (l. 8 e 9), o termo destacado refere-se aos escravos.
- (D) Pelos sentidos do texto, depreende-se que o trecho “o chicote na ponta do eito para cortar o imprudente” (l. 10 e 11) está empregado em sentido conotativo.
- (E) No último parágrafo do texto, o autor compara, destacando as semelhanças, o processo de colonização executado pela Inglaterra ao executado pela Espanha e por Portugal.
-

11. Considere as seguintes afirmações sobre o texto.

- I – Na linha 2, o sinal de dois-pontos anuncia a apresentação das dificuldades para a execução do processo de produção escravista sonhado pelo colono: a exigência de uma mão de obra extremamente numerosa e de ações coercitivas para evitar o extravio dos recursos capitalizados.
- II – No trecho “As sociedades humanas têm energias regeneradoras de que mal desconfiamos. Na América do Norte, os estados do Sul estão, hoje, em situação bem próspera, apesar da escravidão” (l. 17 a 19), o ponto poderia ser substituído, com as devidas alterações de letra inicial maiúscula, sem prejuízo para as relações semânticas do texto, por qualquer um dos seguintes conectores: *portanto*, *por conseguinte* ou *conquanto*.
- III – Na América Latina, práticas como restrições fiscais e excesso de tributos agravaram os problemas decorrentes da escravidão.

Está correto o que se afirma apenas em:

- (A) I e III.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) II.
- (E) III.



12. Segundo o autor do texto, o fato de que “no fim de três séculos de exploração aturada, de produção intensiva e trabalho de escravo, tocado a relho, a América Latina se achou tão pobre como no dia em que os aventureiros luso-espanhóis pisaram aqui, ou mais pobre ainda” deve-se a alguns fatores, exceto:

- (A) o parasitismo das metrópoles.
- (B) os monopólios mercantis.
- (C) a viciação da produção.
- (D) a interdição da inovação progressista.
- (E) a prosperidade dos estados do Sul.

13. A escravidão na América do Sul foi a objeção moral, a degradação do trabalho, o embrutecimento e o aniquilamento do trabalhador; e foi também a viciação da produção, gerando males de efeitos extensíssimos, que teriam, todavia, desaparecido com o progredir normal das nacionalidades nascentes (3º parágrafo).

Quanto à pontuação do período acima, pode-se

- I – retirar a vírgula imediatamente antes da palavra “que” sem alteração do sentido original.
- II – retirar a conjunção “e” e substituir o ponto e vírgula por ponto, fazendo os ajustes necessários de letras maiúsculas e minúsculas.
- III – isolar com vírgulas o vocábulo “também” sem alteração do sentido original.

Está correto o que consta em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e III, apenas.

14. A escravidão na América do Sul foi a objeção moral, a degradação do trabalho, o embrutecimento e o aniquilamento do trabalhador; e foi também a viciação da produção, gerando males de efeitos extensíssimos, que **teriam**, todavia, desaparecido com o progredir normal das nacionalidades nascentes.

O tempo verbal destacado no período acima indica



- (A) ação anterior a outra ocorrida no passado.
 - (B) dúvida sobre a possibilidade de um fato vir a ocorrer.
 - (C) forma polida de indicar um desejo no presente.
 - (D) fato que depende de certa condição para ocorrer.
 - (E) ação posterior a outra, ambas localizadas no passado.
-

15. Está correto o emprego do elemento sublinhado na frase:

- (A) As sociedades humanas têm energias regeneradoras **da qual** mal desconfiamos.
- (B) Os braços da Justiça, **a cujo** alcance deveriam estar todos, tornam-se inócuos.
- (C) Os paradigmas já mecanizados, **nos quais** muitos se deixam nortear, não mereciam de Coutinho nenhum crédito.
- (D) O chicote na ponta do eito para cortar o imprudente **com que** levantasse a cabeça da enxada.
- (E) As expressões coletivistas, **com cujas** Coutinho jamais se entusiasmou, são chavões.

REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

16. Compete à Subseção de Dissídios Individuais II julgar em última instância:

- (A) os agravos de instrumento interpostos contra despacho denegatório de recurso ordinário em processos de sua competência.
- (B) as ações rescisórias propostas contra suas decisões, as da Subseção I e as das Turmas do Tribunal.
- (C) os mandados de segurança contra os atos praticados pelo Presidente do Tribunal, ou por qualquer dos Ministros integrantes da Seção Especializada em Dissídios Individuais, nos processos de sua competência.
- (D) as ações cautelares.
- (E) os *habeas corpus*.



17. Sobre a presidência das turmas, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Na hipótese de vacância do cargo de Presidente de Turma, assumirá o Ministro mais antigo do respectivo Colegiado.
 - (B) O Presidente da Turma será o mais antigo dentre os Ministros que a compõem, por um período de dois anos, permitida uma recondução.
 - (C) Nas ausências eventuais ou nos afastamentos temporários, o Presidente da Turma será substituído pelo Ministro mais antigo do Colegiado.
 - (D) A escolha do Presidente da Turma dar-se-á na primeira sessão ordinária da Turma que se suceder à posse da nova direção do tribunal.
 - (E) Compete ao Presidente de Turma despachar os expedientes da Turma que excederem à competência dos Relatores, inclusive os pedidos manifestados após a publicação dos acórdãos.
-

18. No âmbito do TST, compete ao relator, EXCETO:

- (A) lavrar os acórdãos referentes às decisões proferidas nos processos em que seu voto tenha prevalecido.
 - (B) indeferir liminarmente ações originárias, na forma da lei.
 - (C) encaminhar os autos à Secretaria ou à Coordenadoria para inclusão em pauta.
 - (D) promover as diligências necessárias à perfeita instrução dos processos, fixando prazo para o seu cumprimento.
 - (E) solicitar audiência do Ministério Público do Trabalho nas hipóteses previstas em lei, ou quando entender necessário.
-

19. Sobre a participação dos advogados nas sessões de julgamento do TST, assinale a alternativa correta.

- (A) Usará da palavra, em primeiro lugar, o advogado do recorrente; se ambas as partes o forem, o do reclamado.
- (B) Os pedidos de preferência, formulados pelos advogados para os julgamentos de processos, encerrar-se-ão vinte minutos antes do início da sessão e serão concedidos com observância da ordem de registro.



- (C) O advogado sem mandato nos autos, ou que não o apresentar no ato, não poderá proferir sustentação oral em nenhuma hipótese.
 - (D) Não haverá sustentação oral em conflito de competência.
 - (E) Qualquer ministro presente na sessão cassará a palavra do advogado que, em sustentação oral, conduzir-se de maneira desrespeitosa ou, por qualquer motivo, inadequada.
-

20. Os prazos para os Ministros, salvo acúmulo de serviço, são os seguintes:

- (A) dez dias para atos administrativos e despachos em geral.
- (B) vinte dias para o visto do relator.
- (C) trinta dias para o visto do revisor.
- (D) vinte dias para lavratura de acórdão, exceto o referente às decisões normativas, em que o prazo é de dez dias.
- (E) dez dias para vista regimental de processo.

DIREITO CONSTITUCIONAL

21. Tendo em vista a disciplina constitucional relativa ao Poder Judiciário e a interpretação jurisprudencial, marque a assertiva correta.

- (A) Os membros do Judiciário gozam da vitaliciedade, que será adquirida após dois anos de efetivo exercício para aqueles que ingressam mediante concurso público e a partir da nomeação para quem ingressa diretamente nos Tribunais.
- (B) A orientação atual do STF é no sentido de que o fracionamento do valor do precatório é possível nas hipóteses em que o credor originário possua, na data da expedição do precatório, mais de 60 (sessenta) anos, ou seja portador de doença grave incurável ou contagiosa ou ainda pessoa com necessidades especiais.
- (C) A garantia da inamovibilidade é assegurada aos Magistrados titulares, mas não se estende aos substitutos, na medida em que é da própria essência da condição de Substituto a necessidade de cobrir licenças e afastamentos dos titulares.



(D) A comprovação do período de três anos de atividade jurídica, também chamada de quarentena de entrada, é contada a partir da colação de grau no Curso de Direito.

(E) Os honorários advocatícios incluídos na condenação ou destacados do montante principal devido ao credor consubstanciam verba de natureza alimentar cuja satisfação ocorrerá com a expedição de precatório ou requisição de pequeno valor, observada ordem especial restrita aos créditos dessa natureza.

22. Sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, analise as alternativas a seguir, marcando a correta.

(A) Após o período depurador de 5 (cinco) anos previsto no artigo 64, I, do Código Penal, as condenações penais definitivas não mais se prestam a título de reincidência, podendo, contudo, serem usadas como maus antecedentes.

(B) Por ter natureza diversa da pena privativa de liberdade, não há limitação à duração da medida de segurança, exceto quanto à proibição de extrapolar trinta anos, isso em decorrência da proibição de penas de caráter perpétuo.

(C) A jurisprudência do STF entende pela possibilidade de as escolas particulares fazerem cobrança de valor adicional quando o aluno possuir necessidades especiais que justifiquem a mensalidade maior.

(D) As discriminações positivas ou reversas não são incompatíveis com o princípio da igualdade, revelando-se, na verdade, como concretização da igualdade material.

(E) Para o reconhecimento da prática de falta disciplinar no âmbito da execução penal, é imprescindível a instauração de procedimento administrativo (PAD) pelo diretor do estabelecimento prisional, assegurado o direito de defesa, sendo dispensável a presença de advogado constituído ou defensor público nomeado.

23. Considerando o capítulo destinado aos direitos sociais e sua interpretação pelo STF, marque a assertiva correta.



- (A) Não constavam no texto original da Constituição, mas foram incorporados via atuação do Poder Constituinte Derivado Reformador, os direitos sociais de moradia, alimentação e transporte.
- (B) A aposentadoria voluntária do trabalhador junto ao INSS acarreta a automática rescisão do contrato de trabalho entre patrão e empregado.
- (C) Excetuando a regra geral de prazo quinquenal para questionamento das verbas trabalhistas, o prazo prescricional para o trabalhador reclamar valores do FGTS é de trinta anos.
- (D) Inexiste proibição a que os percentuais do adicional de insalubridade tenham como base o salário mínimo.
- (E) A estabilidade da trabalhadora gestante também alcança as trabalhadoras em caso de contrato por prazo determinado, mas não se estende às oficiais temporárias militares e às servidoras ocupantes de cargos em comissão ou de função comissionada.
-

24. Acerca do controle de constitucionalidade no direito brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) Por meio da ação direta de inconstitucionalidade, o STF pode fazer o controle de constitucionalidade de atos normativos federais e estaduais, mas não distritais e municipais ante a Constituição Federal.
- (B) Viola a cláusula de reserva de plenário a decisão de órgão fracionário que, sem declarar expressamente a inconstitucionalidade da norma, deixa de aplicá-la ao caso concreto.
- (C) A cláusula de reserva de plenário deve ser observada tanto na declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto quanto na interpretação conforme a Constituição.
- (D) A arguição por descumprimento a preceito fundamental (ADPF) é regida pelo princípio da subsidiariedade, de modo que só pode ser ajuizada se não houver no controle difuso e no concentrado outro meio capaz de sanar a lesão.
- (E) Tanto a ação direta de inconstitucionalidade por omissão quanto o mandado de injunção são ferramentas do controle concentrado de constitucionalidade usadas para combater a síndrome da inefetividade das normas constitucionais.



25. Dentro da eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais, do poder constituinte e do conteúdo e classificação das constituições, marque a alternativa correta.

- (A) O STF entende ser de eficácia limitada a norma constitucional que prevê a possibilidade de prisão civil por dívida do depositário infiel e do devedor de pensão alimentícia.
- (B) A Constituição de 1988 pode ser classificada como promulgada, dogmática, material e escrita, respectivamente quanto à origem, ao modo de elaboração, ao conteúdo e à forma.
- (C) Além de limitações materiais, circunstanciais e procedimentais, as emendas à Constituição também são atingidas por limitações implícitas, como é o caso da vedação ao procedimento conhecido como teoria da dupla revisão.
- (D) No sentido político, defendido por Ferdinand Lassale, a constituição é entendida como a somatória dos fatores reais de poder em uma sociedade. Do contrário, não passaria de uma folha de papel.
- (E) As constituições semânticas são o modelo ideal de constituição, na medida em que há plena correspondência entre seu texto e a realidade social.

DIREITO ADMINISTRATIVO

26. Marque o item incorreto.

- (A) A lei é a fonte primária e principal do Direito Administrativo. A lei como fonte vai desde a Constituição Federal (arts. 37 a 41) até os atos administrativos normativos inferiores. Assim, a lei como fonte do Direito Administrativo é a lei em sentido amplo, ou seja, a lei feita pelo Parlamento e, também, atos normativos expedidos pela Administração, como, por exemplo, decretos e resoluções.
- (B) Costumes são práticas reiteradas observadas pelos agentes públicos diante de determinada situação. No Direito Administrativo, o costume pode exercer influência em razão da carência da legislação, completando o sistema normativo (*costume praeter legem*) ou nos casos em que seria impossível legislar sobre todas as situações.
- (C) No Brasil, vigora o sistema francês de controle dos atos administrativos, no qual veda-se ao Poder Judiciário conhecer dos atos da Administração, os quais se sujeitam unicamente à jurisdição especial do contencioso administrativo.



(D) O STF entendeu que a exigibilidade de prévio requerimento administrativo, como condição para o regular exercício do direito de ação, para que se postule judicialmente a concessão de benefício previdenciário, não ofende o art. 5º, XXXV, da CF.

(E) O governo é exercido por pessoas que desempenham o poder, estabelecendo diretrizes, objetivos e metas do Estado; bem como pela criação e elaboração de políticas públicas. É o núcleo decisório do Estado. Os atos políticos são aqueles que cuidam da gestão superior da vida estatal.

27. Marque a alternativa correta no que concerne à organização administrativa.

(A) Na desconcentração, um único órgão desempenha todas as funções administrativas do ente político, sem nenhuma divisão em outros órgãos menores.

(B) Na descentralização, a atividade é prestada por meio de órgãos públicos.

(C) A Administração indireta é criada apenas pelo Poder Executivo.

(D) Conforme a Súmula 525, a Câmara de Vereadores possui personalidade jurídica, mas não possui personalidade judiciária.

(E) Os órgãos são centros de competência, sem personalidade jurídica própria, instituídos para o desempenho de funções estatais, por meio de seus agentes, cuja atuação é imputada à pessoa a que pertencem. Assim, todos os atos praticados pelos órgãos são atribuídos à pessoa jurídica da qual ele faz parte.

28. Marque a alternativa correta acerca dos poderes administrativos.

(A) Excesso de poder ocorre quando a autoridade, embora competente para praticar o ato, vai além do permitido e exorbita no uso de suas faculdades administrativas.

(B) Poder Disciplinar é o que dispõe a administração para distribuir e escalonar as funções de seus órgãos, ordenar e rever a atuação de seus agentes, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores e os órgãos integrantes de uma mesma estrutura.

(C) De acordo com a jurisprudência do STJ, o prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar (PAD) é de 180 dias.



- (D)** A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal por ausência de provas.
- (E)** É possível a delegação do poder de polícia a particulares, especialmente atos de aplicação de sanção após a constatação da infração por pessoa jurídica de direito público.
-

29. Quanto ao ato administrativo, marque o item correto.

- (A)** Somente o Poder Executivo pode praticar atos administrativos.
- (B)** O ato administrativo é espécie de ato jurídico em sentido estrito, decorrente da categoria do fato jurídico.
- (C)** Os fatos administrativos são acontecimentos que ocorrem dentro da Administração, mas que não provocam efeitos jurídicos relevantes.
- (D)** O silêncio administrativo é um ato administrativo.
- (E)** A usurpação de função ocorre quando uma pessoa é irregularmente investida em função pública.
-

30. Marque o item incorreto.

- (A)** A Constituição Federal de 1988, no art. 37, estabelece que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (B)** O art. 37, § 1º, da CF proíbe que conste nome, símbolos ou imagem que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos em publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos.
- (C)** Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, nesse último caso, definir as áreas de sua atuação.
- (D)** É vedada a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, inclusive da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na Administração Pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas.



(E) Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

DIREITO CIVIL

31. Acerca da Teoria dos Fatos Jurídicos, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A)** O caso fortuito ou de força maior são fatos jurídicos em sentido estrito extraordinários, que podem romper o nexo causal, com a consequente exclusão da responsabilidade civil.
- (B)** O contrato é um exemplo de ato jurídico em sentido estrito.
- (C)** O ato ilícito puro baseia-se no critério objetivo-finalístico, dispensando-se a análise do elemento subjetivo, denominado culpa ou dolo.
- (D)** O ato ilícito na modalidade abuso de direito dispensa o elemento subjetivo para sua configuração, assim como o ato ilícito puro.
- (E)** O ato praticado em legítima defesa ou estado de necessidade é lícito e exclui, em qualquer hipótese, o dever de indenizar.

32. Referente aos efeitos do tempo no Direito Civil, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A)** Enquanto a prescrição é a perda do direito de ação, a decadência é a perda de um direito material potestativo.
- (B)** Tanto a decadência (legal ou convencional) quanto a prescrição são matérias de ordem pública, que podem ser conhecidas de ofício pelo juiz.
- (C)** O prazo prescricional só poderá ser interrompido uma única vez, e uma das causas de interrupção é a citação válida do réu.
- (D)** A renúncia da prescrição é admitida, sem prejuízo de terceiro, desde que o prazo já tenha se consumado.
- (E)** Quando a lei for omissa quanto ao prazo prescricional de uma determinada pretensão, considera-se o prazo de vinte anos.



33. Acerca dos sujeitos de direito e sua capacidade, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Segundo o Código Civil vigente, os silvícolas são relativamente incapazes.
 - (B) O Código Civil atual, em consonância com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, contempla apenas uma categoria de absolutamente incapazes: a dos menores de dezesseis anos.
 - (C) A pessoa jurídica pode sofrer dano moral diante da indevida ofensa de seu nome, sua imagem e honra subjetiva.
 - (D) Segundo o Código Civil, em caso de simples insolvência, admite-se a desconsideração da personalidade jurídica da pessoa jurídica.
 - (E) Quando insuficientes para constituir a fundação, os bens a ela destinados serão, se de outro modo não dispuser o instituidor, incorporados ao patrimônio público, mediante a conversão de herança jacente em vacante.
-

34. No tocante às Leis de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, marque o item **CORRETO**.

- (A) Quando a pessoa não tiver domicílio, considerar-se-á domiciliada no lugar de sua residência ou naquele em que se encontre.
 - (B) A lei do domicílio do *de cujus* regula a capacidade para suceder do herdeiro ou legatário.
 - (C) A sentença estrangeira pode ser executada no Brasil, depois de homologada pelo STF.
 - (D) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o País três meses depois de oficialmente publicada.
 - (E) Compete à autoridade judiciária brasileira conhecer das ações relativas a imóveis situados no Brasil, em concorrência com a jurisdição estrangeira.
-

35. Quanto ao tema nulidade e anulabilidade dos atos jurídicos, assinale a assertiva **CORRETA**.

- (A) O negócio jurídico simulado é anulável.
- (B) O vício de consentimento do negócio jurídico denominado lesão exige o dolo de aproveitamento para sua configuração.



- (C) O erro de cálculo torna o negócio jurídico anulável no prazo de quatro anos a contar de sua realização.
- (D) A fraude contra credores é um vício social do negócio jurídico que pode ser desconstituído mediante ação própria denominada pauliana.
- (E) Quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, será este de 180 dias, a contar da data da conclusão do ato.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

36. Referente às normas fundamentais do processo civil, assinale a alternativa correta.

- (A) O CPC vigente estabelece que o autor e o réu devem cooperar para a obtenção de uma decisão de mérito justa, efetiva e proferida em tempo razoável.
- (B) Considerando que os negócios jurídicos processuais atípicos são admitidos pela nova legislação processual, fruto da valorização da autonomia privada das partes, tal negócio pode afastar os deveres inerentes à boa-fé objetiva e à cooperação.
- (C) O novo Código de Processo Civil admite expressamente o princípio da primazia da decisão de mérito, adotando o princípio da sanabilidade dos atos processuais defeituosos, a exemplo do ato processual intempestivo.
- (D) A vedação do *venire contra factum proprium*, corolário do princípio da boa-fé objetiva, aplica-se ao órgão jurisdicional.
- (E) O princípio da vedação da decisão surpresa autoriza o julgador a se manifestar sobre matérias de ordem pública, como a prescrição, de forma oficiosa, ou seja, independentemente de contraditório.

37. Acerca dos atos processuais, escolha a assertiva CORRETA.

- (A) Os atos processuais das partes podem ser exteriorizados por meio de declarações unilaterais ou bilaterais de vontade, produzindo efeitos de maneira imediata, a exemplo da desistência.



- (B)** As decisões interlocutórias de mérito são atos do juiz, também denominadas de sentenças parciais, contra as quais cabe o recurso de apelação.
- (C)** Os prazos processuais serão contados em dias úteis, excluindo-se os sábados, domingos, dias em que não houver expediente forense e os feriados declarados em lei.
- (D)** Em relação à prática eletrônica de atos processuais, o horário vigente no juízo de onde partiu o ato (remetente) será considerado para fins de atendimento do prazo.
- (E)** É vedado lançar nos autos cotas marginais ou interlineares, cabendo ao juiz determinar o desentranhamento dos documentos que apresentem tais alterações, além da imposição de multa correspondente à metade do salário mínimo.
-

38. Quanto à comunicação dos prazos processuais, assinale a assertiva correta.

- (A)** A citação tem como efeitos principais constituir o devedor em mora, tornar prevento o juízo, induzir litispendência, tornar litigiosa a coisa e interromper a prescrição.
- (B)** A citação por mandado com hora certa é cumprida pelo oficial de justiça e denominada de ficta, exigindo para sua aplicação um elemento objetivo e um subjetivo, além da formalidade de comunicação superveniente do réu por telegrama, por exemplo.
- (C)** A citação por edital será feita preferencialmente em jornais de grande circulação, admitindo-se tal modalidade quando houver recusa no cumprimento de carta rogatória por país estrangeiro.
- (D)** Nas comarcas contíguas de fácil comunicação e nas que se situem na mesma região metropolitana, o oficial de justiça poderá efetuar, em qualquer delas, citações ou intimações, sendo vedada a prática de notificações, penhoras e quaisquer outros atos executivos.
- (E)** Em nenhuma hipótese se fará a citação de noivos, nos três primeiros dias seguintes ao casamento.
-

39. Acerca das tutelas provisórias de urgência, assinale a alternativa correta.

- (A)** A tutela provisória de urgência antecipada e cautelar possui um requisito negativo para sua concessão, qual seja, a ausência de risco de irreversibilidade dos efeitos da decisão concedida em sede de cognição sumária.



- (B)** Caso a tutela provisória de urgência antecipada seja concedida em caráter antecedente, por meio de decisão interlocutória, a ausência de agravo de instrumento permite a estabilização dos efeitos da decisão, que só poderão ser afastados por meio de ação rescisória.
- (C)** A efetivação da tutela provisória de urgência de natureza constritiva implica na responsabilidade civil objetiva do requerente pelos prejuízos causados à parte adversa.
- (D)** Há fungibilidade entre as tutelas provisórias de urgência, mas estas não são de mão dupla ou recíprocas.
- (E)** Quando a tutela provisória de urgência cautelar é requerida em caráter antecedente, o réu será citado para oferecer contestação em 15 (quinze) dias úteis.
-

40. No estudo das espécies de intervenção de terceiros, assinale a alternativa correta.

- (A)** A denunciação da lide não permite que o cumprimento de sentença seja promovido diretamente contra o denunciado, nos limites da condenação da lide eventual.
- (B)** Em um contrato de locação de imóvel residencial garantido por um fiador com benefício de ordem, caso o credor resolva demandar somente o devedor principal, este poderá promover o chamamento ao processo para inserir o fiador, responsável solidário pela obrigação.
- (C)** A desconsideração da personalidade jurídica passou a ser reconhecida como uma espécie de intervenção de terceiros, não sendo admitida no âmbito dos juizados especiais, em virtude de vedação legal expressa.
- (D)** O *amicus curiae* é nova modalidade de intervenção de terceiros, espontânea ou provocada, que não implica na alteração de competência.
- (E)** Na assistência simples, há relação do assistente com o adversário do assistido; já na assistência litisconsorcial, tal relação não existe.

DIREITO DO TRABALHO

41. Talita trabalhava como enfermeira em uma clínica de cirurgia plástica. A clínica oferecia esse serviço já embutido no preço da cirurgia, e o paciente recebia os cuidados em sua residência. Em determinada situação, houve a necessidade de Talita atender a um paciente por 6 meses, situação em que prestava serviços na residência cinco vezes por semana. Nesse caso, assinale a alternativa correta.



- (A) Talita era empregada doméstica regida pela LC n. 150, de 2015.
 - (B) Talita era trabalhadora eventual.
 - (C) Talita não se enquadra no conceito de empregada doméstica.
 - (D) Trata-se de contrato temporário regido pela Lei n. 6.019/1974.
 - (E) Talita era trabalhadora rural.
-

42. Maurício trabalha como garçom e, além de seu salário fixo, auferе comissões por vendas, gorjetas e horas extras. Nesse caso, o FGTS deve ser calculado sobre:

- (A) salário fixo, apenas.
 - (B) salário fixo mais comissões, apenas.
 - (C) salário fixo mais gorjetas, apenas.
 - (D) salário fixo, gorjetas e comissões.
 - (E) As parcelas em análise não são base de cálculo do FGTS.
-

43. Uma empresa de transportes possui em sua composição societária os mesmos sócios de um Hotel. O Diretor do Hotel, que comanda todo o empreendimento, também comanda a empresa de transportes, formando grupo econômico entre elas. José divide o seu expediente como auxiliar administrativo entre ambas as empresas, logo:

- (A) José, percebendo salário de uma delas, pode ser obrigado a trabalhar para ambas, na mesma jornada, sem acréscimo de salário.
- (B) as empresas serão solidariamente responsáveis pelos créditos trabalhistas de José apenas se ele prestar serviços a ambas.
- (C) José fará jus a horas extras por exercer sua jornada para ambas as empresas.
- (D) as empresas não serão solidariamente responsáveis em relação aos créditos de José.
- (E) as empresas somente podem ser responsabilizadas se estiverem no polo passivo de uma demanda desde a fase de conhecimento.



44. Adamastor foi afastado pelo INSS pelo período de 45 dias; tendo sido os primeiros 15 dias pagos pelo empregador. Quando de seu retorno, Adamastor tornou-se pai, saindo de licença-paternidade. Adamastor, após o primeiro mês de vida de seu filho, precisou ausentar-se para levá-lo a uma consulta médica. Nesses casos, marque a opção correta.

- (A) Todas as hipóteses são de suspensão do contrato de trabalho, exceto os primeiros 15 dias de afastamento, que foram pagos pela empresa.
- (B) Apenas a licença-paternidade será considerada interrupção de seu contrato de trabalho.
- (C) Adamastor possui direito de se ausentar por até três vezes ao longo do ano para levar seu filho à consulta médica.
- (D) Todas as hipóteses são de interrupção do contrato de trabalho, salvo o afastamento por doença, no qual somente os primeiros quinze dias serão considerados como interrupção do contrato de trabalho.
- (E) A licença-paternidade passou a ser de 30 dias, bastando, para isso, o nascimento do filho ou adoção.

45. Qualquer alteração na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa não pode ser fundamento para prejudicar os direitos adquiridos pelo trabalhador. Com efeito, caso uma empresa seja adquirida por outra, os direitos trabalhistas dos empregados que permanecerem devem ser respeitados, e todo o passivo deverá ser adquirido pela empresa adquirente. A empresa aérea "Com emoção Ltda" foi adquirida pelo Banco X em leilão judicial em processo falimentar. Vários empregados migraram para a nova gestão, e as causas trabalhistas antes em curso foram dirigidas contra o referido Banco. Nesse caso:

- (A) o Banco X poderá celebrar novos contratos com os empregados mesmo que não haja solução de continuidade na prestação dos serviços, reduzindo direitos, assim como não precisará responder pelo passivo trabalhista nas execuções que lhe foram dirigidas.
- (B) poderá o Banco X celebrar novos contratos desde que haja solução de continuidade na prestação dos serviços, todavia responderá pelo passivo trabalhista nos processos que lhe foram direcionados.



(C) há sucessão no caso indicado na questão, pelo que o Banco deverá respeitar todos os direitos já adquiridos, ante o princípio da condição mais benéfica, assim como deverá assumir todo o passivo dos processos que lhe foram dirigidos desde a aquisição.

(D) como a aquisição se deu pela totalidade do empreendimento, a sucessão de operou.

(E) Nenhuma das respostas anteriores.

46. Joana foi afastada pelo INSS por possuir uma doença que a incapacitou para o trabalho por 7 meses. Recebeu alta médica por parte do INSS, mas ainda assim não se sentia bem para voltar ao trabalho. Não concordando com o indeferimento da Autarquia em relação à renovação do benefício, interpôs recurso administrativo, que foi devidamente recebido e processado. Quatro meses depois, obteve o indeferimento de seu pleito e retornou ao trabalho, ocasião em que teve notícia de que seu contrato de trabalho havia sido rescindido por justa causa, tese de abandono de emprego. Diante desse contexto e da jurisprudência sumulada do TST, marque a assertiva correta.

(A) A tese da empresa possui condições de êxito, na medida em que há súmula do TST dispondo ser presumido o abandono de emprego se o empregado não retornar no prazo de 30 dias após a alta do INSS.

(B) É impossível pensar em abandono de emprego, pois o recurso administrativo possui efeito suspensivo, afastando o *animus abandonandi*.

(C) A empresa não possui chances de êxito em sua tese, pois o abandono de emprego só se configuraria se houvesse a notificação para que o empregado retornasse, conforme exigência legal.

(D) A hipótese seria de advertência, apenas, e retorno normal das atividades.

(E) Caberia justa causa por incontinência de conduta, mas não por abandono.

47. Victor exerce função de segurança na aviação civil no aeroporto em que trabalha, sendo responsável pela repressão de condutas ilícitas dos passageiros. João é fiscal de pátio, trabalhando próximo às aeronaves nas áreas de abastecimento. Maria trabalha com lixo hospitalar. Nesse caso, Victor, João e Maria possuem direito a:



- (A) adicional de periculosidade equivalente a 30% sobre a remuneração de cada um.
 - (B) adicional de periculosidade equivalente a 30% sobre o salário-base de cada um.
 - (C) Victor e João possuem direito a adicional de periculosidade, equivalente a 30% sobre o salário-base, e Maria possui direito a adicional de insalubridade de 10%, 20% ou 40% sobre o salário mínimo, conforme o grau de risco.
 - (D) Maria possui direito a adicional de penosidade, e Victor e João à periculosidade.
 - (E) Todos possuem direito a adicional de penosidade.
-

48. Sobre o salário *in natura* é correto afirmar que

- (A) a moradia fornecida pelo empregador para o trabalho pode ser considerada salário.
- (B) a alimentação fornecida espontaneamente pelo empregador, em cartão específico, sem inscrição no PAT, possui natureza salarial.
- (C) a educação fornecida pelo empregador pelo trabalho possui natureza salarial.
- (D) a vestimenta fornecida pelo empregador para o trabalho possui natureza salarial.
- (E) é vedado ao empregador promover descontos no salário do empregado pelo fornecimento de moradia e alimentação.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

49. Considerando os princípios aplicáveis ao processo do trabalho, responda a alternativa CORRETA.

- (A) *O processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei (art. 2º do CPC).* Trata-se do princípio inquisitivo.
- (B) *Os Juízos e Tribunais do Trabalho terão ampla liberdade na direção do processo e velarão pelo andamento rápido das causas, podendo determinar qualquer diligência necessária ao esclarecimento delas (art. 765 da CLT).* Trata-se do princípio dispositivo.
- (C) *Os empregados e os empregadores poderão reclamar pessoalmente perante a Justiça do Trabalho e acompanhar as suas reclamações até o final (art. 791 da CLT).* Trata-se do princípio da celeridade.



(D) *As nulidades não serão declaradas senão mediante provocação das partes, as quais deverão argui-las à primeira vez em que tiverem de falar em audiência ou nos autos (art. 795 da CLT). Trata-se do princípio do *jus postulandi*.*

(E) *Incumbe ao réu alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do autor e especificando as provas que pretende produzir (art. 336 do CPC). Trata-se do princípio da eventualidade.*

50. É competência material da Justiça do Trabalho, salvo:

(A) as ações que envolvam exercício do direito de greve.

(B) as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores e entre sindicatos e empregadores.

(C) as ações envolvendo causas instauradas entre o Poder Público e o servidor que a ele seja vinculado por relação jurídico-administrativa.

(D) as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho.

(E) as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.

51. Maurício, auxiliar administrativo, residente na cidade de Florianópolis – SC, foi contratado pela empresa Paladino Serviços Ltda., na cidade de Belo Horizonte – MG. Ocorre que Maurício apenas prestou seus serviços na cidade de Brasília – DF. Considerando que o trabalhador foi dispensado, sem justo motivo, e não recebeu as verbas rescisórias devidas, poderá propor sua reclamação trabalhista:

(A) apenas em Brasília – DF.

(B) apenas em Belo Horizonte – MG.

(C) em qualquer das cidades mencionadas.

(D) em Brasília – DF ou Belo Horizonte – MG.

(E) em Florianópolis – SC ou Brasília – DF.



52. De acordo com as normas contidas na CLT, responda a alternativa CORRETA.

- (A) Os atos processuais serão públicos, salvo quando o contrário determinar o interesse social, e realizar-se-ão nos dias úteis das 8 às 20 horas.
 - (B) Os prazos estabelecidos neste Título contam-se com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento, apenas em dias úteis, podendo, entretanto, ser prorrogados pelo tempo estritamente necessário pelo juiz ou tribunal, ou em virtude de força maior, devidamente comprovada.
 - (C) As audiências dos órgãos da Justiça do Trabalho serão públicas e realizar-se-ão na sede do Juízo ou Tribunal em dias úteis previamente fixados, entre 8 e 18 horas, não podendo ultrapassar 5 horas seguidas, salvo quando houver matéria urgente.
 - (D) Os prazos que se vencerem em sábado, domingo ou feriado terminarão no respectivo dia.
 - (E) As partes, ou seus procuradores, não poderão consultar, com ampla liberdade, os processos nos cartórios ou secretarias.
-

53. No que tange às nulidades, responda a alternativa CORRETA com base na Consolidação das Leis do Trabalho.

- (A) Nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho, só haverá nulidade quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes.
 - (B) As nulidades relativa ou absoluta não serão declaradas senão mediante provocação das partes, as quais poderão ser arguidas em qualquer momento.
 - (C) A nulidade será pronunciada quando for possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato.
 - (D) A nulidade será pronunciada quando arguida por quem lhe tiver dado causa.
 - (E) O juiz ou Tribunal que pronunciar a nulidade não precisará declarar os atos a que ela se estende.
-

54. De acordo com a CLT, responda a alternativa CORRETA.

- (A) Nos dissídios coletivos, é obrigatória aos interessados a assistência por advogado.
- (B) A constituição de procurador com poderes para o foro em geral poderá ser efetivada, mediante simples registro em ata de audiência, a requerimento verbal do advogado interessado, com anuência da parte representada.
- (C) A reclamação trabalhista do menor de 18 anos será feita apenas pelo sindicato.
- (D) O não comparecimento do reclamado à audiência importa o arquivamento da reclamação, e o não comparecimento do reclamante importa revelia, além de confissão quanto à matéria de fato.
- (E) Aberta a audiência, não é necessário ao juiz ou presidente propor a conciliação.



55. Acerca dos recursos no processo do trabalho, responda a alternativa INCORRETA.

(A) É incabível o recurso de revista ou de embargos (arts. 896 e 894, "b", da CLT) para reexame de fatos e provas.

(B) É ônus da parte recorrente efetuar o depósito legal, integralmente, em relação a cada novo recurso interposto, sob pena de deserção. Atingido o valor da condenação, nenhum depósito mais é exigido para qualquer recurso.

(C) Havendo condenação subsidiária de duas ou mais empresas, o depósito recursal efetuado por uma delas aproveita as demais, quando a empresa que efetuou o depósito não pleiteia sua exclusão da lide.

(D) Cabe recurso ordinário para a instância superior das decisões definitivas ou terminativas das Varas e Juízos no prazo de 8 (oito) dias.

(E) Cabe Recurso de Revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional do Trabalho, no seu Pleno ou Turma, ou a Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, ou contrariarem súmula de jurisprudência uniforme dessa Corte ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

56. No título acerca da ordem social, dispõe a Constituição, em seu artigo 194, que "a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social". Assim, quanto à seguridade social é correto afirmar que:

(A) é vedada a concessão de remissão ou anistia das contribuições sociais para débitos em montante superior ao fixado em lei ordinária.



(B) nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou reajustado sem a correspondente fonte de custeio total.

(C) a proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma autônoma pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.

(D) as receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.

(E) lei ordinária poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social.

57. Assinale a alternativa que contempla um segurado contribuinte individual.

(A) O brasileiro ou o estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior.

(B) Aquele que presta serviço no Brasil a missão diplomática ou a repartição consular de carreira estrangeira e a órgãos a elas subordinados, ou a membros dessas missões e repartições, excluídos o não brasileiro sem residência permanente no Brasil e o brasileiro amparado pela legislação previdenciária do país da respectiva missão diplomática ou repartição consular.

(C) O brasileiro civil que trabalha para a União, no exterior, em organismos oficiais brasileiros ou internacionais dos quais o Brasil seja membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo se segurado na forma da legislação vigente do país do domicílio.

(D) O brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em empresa domiciliada no exterior, cuja maioria do capital votante pertença a empresa brasileira de capital nacional.

(E) O brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social.



58. Os beneficiários do Regime Geral de Previdência Social classificam-se como segurados e dependentes. Sobre os segurados, assinale a alternativa que NÃO corresponde ao correto prazo de manutenção dessa qualidade.

- (A) Sem limite de prazo, quem está em gozo de benefício.
 - (B) Até 12 (doze) meses após a cessação das contribuições, o segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social ou estiver suspenso ou licenciado sem remuneração.
 - (C) Até 12 (doze) meses após cessar a segregação, o segurado acometido de doença de segregação compulsória.
 - (D) Até 12 (doze) meses após o livramento, o segurado retido ou recluso.
 - (E) Até 6 (seis) meses após o licenciamento, o segurado incorporado às Forças Armadas para prestar serviço militar.
-

59. De acordo com a Lei n. 8.213/1991, a pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data:

- (A) do óbito, quando requerida até noventa dias depois deste.
 - (B) do requerimento, quando requerida após 30 (trinta) dias do óbito.
 - (C) do óbito, quando requerida até trinta dias depois deste.
 - (D) do trânsito em julgado da decisão judicial, no caso de morte presumida.
 - (E) do requerimento, quando requerida após sessenta dias do óbito.
-

60. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. De acordo com o texto constitucional, indique uma hipótese de aposentadoria do servidor estatutário.



- (A)** Cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, sessenta anos de idade e trinta anos de contribuição, se mulher.
- (B)** Cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, sessenta e cinco anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem.
- (C)** Cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- (D)** Aposentadoria por invalidez permanente, sendo os proventos integrais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei.
- (E)** Compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, se mulher, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, se homem, na forma de lei complementar.

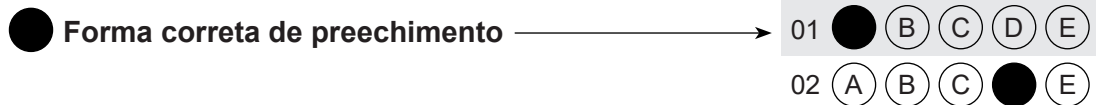
FOLHA DE RESPOSTAS DO CANDIDATO

Nome do Candidato _____ Sala 000

Opção: **Analista Judiciário**

Nº do Caderno
00000000

Instruções para o candidato:



- Marque somente uma alternativa. Caso marque mais de uma, a questão será anulada.
- Ao finalizar a prova, entregue ao fiscal de sala o Caderno de Prova e esta Folha de Respostas.
- Após autorização do fiscal de sala, transcreva no quadro abaixo a frase que se encontra na capa de seu Caderno de Prova.

- | | | | | | |
|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| 1) (A)(B)(C)(D)(E) | 11) (A)(B)(C)(D)(E) | 21) (A)(B)(C)(D)(E) | 31) (A)(B)(C)(D)(E) | 41) (A)(B)(C)(D)(E) | 51) (A)(B)(C)(D)(E) |
| 2) (A)(B)(C)(D)(E) | 12) (A)(B)(C)(D)(E) | 22) (A)(B)(C)(D)(E) | 32) (A)(B)(C)(D)(E) | 42) (A)(B)(C)(D)(E) | 52) (A)(B)(C)(D)(E) |
| 3) (A)(B)(C)(D)(E) | 13) (A)(B)(C)(D)(E) | 23) (A)(B)(C)(D)(E) | 33) (A)(B)(C)(D)(E) | 43) (A)(B)(C)(D)(E) | 53) (A)(B)(C)(D)(E) |
| 4) (A)(B)(C)(D)(E) | 14) (A)(B)(C)(D)(E) | 24) (A)(B)(C)(D)(E) | 34) (A)(B)(C)(D)(E) | 44) (A)(B)(C)(D)(E) | 54) (A)(B)(C)(D)(E) |
| 5) (A)(B)(C)(D)(E) | 15) (A)(B)(C)(D)(E) | 25) (A)(B)(C)(D)(E) | 35) (A)(B)(C)(D)(E) | 45) (A)(B)(C)(D)(E) | 55) (A)(B)(C)(D)(E) |
| 6) (A)(B)(C)(D)(E) | 16) (A)(B)(C)(D)(E) | 26) (A)(B)(C)(D)(E) | 36) (A)(B)(C)(D)(E) | 46) (A)(B)(C)(D)(E) | 56) (A)(B)(C)(D)(E) |
| 7) (A)(B)(C)(D)(E) | 17) (A)(B)(C)(D)(E) | 27) (A)(B)(C)(D)(E) | 37) (A)(B)(C)(D)(E) | 47) (A)(B)(C)(D)(E) | 57) (A)(B)(C)(D)(E) |
| 8) (A)(B)(C)(D)(E) | 18) (A)(B)(C)(D)(E) | 28) (A)(B)(C)(D)(E) | 38) (A)(B)(C)(D)(E) | 48) (A)(B)(C)(D)(E) | 58) (A)(B)(C)(D)(E) |
| 9) (A)(B)(C)(D)(E) | 19) (A)(B)(C)(D)(E) | 29) (A)(B)(C)(D)(E) | 39) (A)(B)(C)(D)(E) | 49) (A)(B)(C)(D)(E) | 59) (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10) (A)(B)(C)(D)(E) | 20) (A)(B)(C)(D)(E) | 30) (A)(B)(C)(D)(E) | 40) (A)(B)(C)(D)(E) | 50) (A)(B)(C)(D)(E) | 60) (A)(B)(C)(D)(E) |